

INFORMAÇÃO

Protocolo nº 01-052.074/2025

À DP4 – Supervisão Jurídica

Assunto: Pregão Eletrônico n.º 002/2025

Conforme Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CURITIBA S.A., é de competência do Controle Interno anuir sobre as contratações com fundamento no RILC, bem como em decorrência da Lei 13.303/2016.

A Constituição Federal, sobre as atividades do Controle Interno, assim dispõe:

Art. 70 - A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Art. 74 - Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, estabeleceu no parágrafo único do artigo 54 que o relatório de Gestão Fiscal será assinado pelas autoridades responsáveis e pelo controle interno. Assim dispôs o retro mencionado diploma:

Parágrafo único. O relatório também será assinado pelas autoridades responsáveis pela administração financeira e pelo controle interno, bem como por outras definidas por ato próprio de cada Poder ou órgão referido no art. 20.

Igualmente, no artigo 59 da Lei Complementar nº 101 definiu responsabilidade aos Sistemas de Controle Interno quanto à fiscalização da Gestão Fiscal:

Art. 59. O Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas, e o sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público, fiscalizarão o cumprimento das normas desta Lei Complementar, com ênfase no que se refere a:

I - atingimento das metas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias;

II - limites e condições para realização de operações de crédito e inscrição em Restos a Pagar;

III - medidas adotadas para o retorno da despesa total com pessoal ao respectivo limite, nos termos dos arts. 22 e 23;

IV - providências tomadas, conforme o disposto no art. 31, para recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos respectivos limites;

V - destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, tendo em vista as restrições constitucionais e as desta Lei Complementar;

VI - cumprimento do limite de gastos totais dos legislativos municipais, quando houver.

A Diretoria Executiva da Companhia de Desenvolvimento de Curitiba - CURITIBA S.A., em obediência aos preceitos legais, emitiu a Instrução Normativa n.º 002/2012 em 03 de Setembro de 2012, para instituir as funções e atribuições do controle interno tendo como destaque:

A DIRETORIA EXECUTIVA da Companhia de Desenvolvimento de Curitiba - Curitiba S.A., no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social, Considerando a necessidade de disciplinar as ações internas de controle,

RESOLVE

I – Instituir o Sistema de Controle Interno – SCI da Companhia de Desenvolvimento de Curitiba – Curitiba S/A, na forma regulamentada pelo anexo desta Instrução Normativa.

II – Definir que esta instrução normativa entre em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

Por fim, foi realizada a nomeação, através da Portaria n.º 001/2025 de 10 de Janeiro de 2025, de funcionário para o exercício da função de Controlador Geral. As rotinas de trabalho adotadas pelo Controle Interno cabe, primordialmente, exercer a fiscalização dos atos da administração, comprovando os princípios constitucionais tais como: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, e quando detectadas possíveis irregularidades insanáveis dos atos e fatos nos procedimentos licitatórios, na execução orçamentária e financeira efetivamente realizadas, esta Controladoria encaminhará denúncia ao Ministério Público e comunicará os Órgãos de Controle Externo sobre tais irregularidades.

DO RELATÓRIO:

1 – DA FASE INTERNA:

1.1 – Da Instrução do Processo Administrativo:

Trata-se da análise prévia do Processo Administrativo nº 01-052.074/2025 relativo ao processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico PE nº 002/2025, realizado pela CURITIBA S.A., que tem como objeto **a escolha da proposta mais vantajosa para Aquisição de Infraestrutura de Computação para Gerenciamento e Autenticação de Usuários, composta por equipamento para processamento e armazenamento de dados, serviços de instalação,**

configuração e suporte técnico (garantia) por 60 (sessenta) meses, conforme especificado em termo de referência e com sistema operacional para servidor, de acordo com as condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexo.

Para instruir os autos foram juntados, além de outros, os seguintes documentos:

1. Estudo Técnico Preliminar
2. Termo de Referência consolidado com as devidas considerações e justificativas
3. Pesquisa de Mercado
4. Autorização para Licitar
5. Portaria de Nomeação de Pregoeiro
6. Declaração de Mercado
7. Declaração de Bem Comum
8. Declaração de Recursos
9. Minuta do Edital PE 002/2025

É o sucinto relatório.

1.2 – Da Análise Jurídica:

No que tange ao aspecto jurídico e formal do procedimento, a Supervisão Jurídica será invocada para emissão de parecer e análise jurídica quanto a Minuta do Edital e Contrato se deram com observância à legislação que rege a matéria, atestando a sua legalidade, para verificação do atendimento das exigências legais contidas no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CURITIBA S.A. bem como em relação a legislação correlata aplicada.

DA FUNDAMENTAÇÃO:

Prefacialmente, deve-se salientar que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos constantes dos autos até a presente data, e que, em face do que dispõe o RILC e a legislação vigente, incumbe a essa Controladoria emitir parecer sob o prisma estritamente técnico, não lhe competindo adentrar na análise da conveniência e oportunidade dos atos praticados no âmbito da administração.

Evidencia-se que a análise aqui realizada se restringe a verificar, do ponto de vista técnico formal, a regularidade para realização de Pregão, na forma Eletrônica, do tipo Menor Preço por Item, do objeto supracitado. Quanto aos requisitos a serem observados na fase preparatória do pregão eletrônico foram estabelecidos no artigo 78º, do RILC, que assim dispõe:

Art. 47 A Unidade da CURITIBA S.A, identificando a necessidade, conveniência e oportunidade de um objeto a ser contratado, deverá planejar o certame, instruindo o procedimento licitatório com a documentação que justifique a pretensão de licitar, contemplando os seguintes elementos, cujo rol não é taxativo:

- a) Motivação da necessidade da contratação;*
- b) Elaboração do Anteprojeto, Termo de Referência e/ou Especificação Técnica, Projeto Básico e Projeto Executivo, quando for o caso;*
- c) Elaboração do Orçamento;*
- d) Definição do certame: Licitação CURITIBA S.A ou Pregão CURITIBA S.A;*
- e) Definição do Regime de execução contratual;*
- f) Definição do Modo de Disputa;*
- g) Definição do Critério de Julgamento;*
- h) Definição dos Documentos de Habilitação;*
- i) Regras para Subcontratação;*
- j) Designação de Comissão Julgadora ou Pregoeiro;*

k) Elaboração da Minuta do Edital e do Contrato.

§1º O rol exemplificativo dos itens elencados neste artigo será materializado por meio de documentos internos, observadas as respectivas aprovações pelas autoridades competentes, instruem e formalizam o dossiê do procedimento licitatório.

§2º O detalhamento do rol dos itens elencados neste artigo estabelecidos a seguir permite que a Unidade da CURITIBA S.A construa a estrutura do procedimento licitatório de forma a instaurar o certame com a segurança necessária à satisfação do objeto a ser contratado.

No mérito, a contratação poderá ser levada a efeito pela modalidade escolhida, ou seja, o Pregão Eletrônico, ao amparo no Regulamento, conforme dispositivo abaixo transcrito, haja vista, tratar-se de aquisição de bens e serviços comuns, “cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado”, senão vejamos:

Art. 49 *Em face do objeto pretendido, a Unidade da CURITIBA S.A decidirá qual é o procedimento licitatório adequado, optando pelo Pregão CURITIBA S.A ou pela Licitação CURITIBA S.A, observando o que segue:*

§1º *Pregão CURITIBA S.A é um procedimento administrativo formal voltado para a aquisição de bens e serviços comuns, inclusive os serviços de engenharia, assim considerados aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos em edital, por meio de especificações usuais no mercado.*

§2º *O Pregão CURITIBA S.A seguirá o rito estabelecido para o procedimento Licitação CURITIBA S.A, previsto neste Regulamento, adotando-se os seguintes requisitos, obrigatoriamente:*

- I. Critério de julgamento pelo menor preço;*
- II. Modo de disputa aberto;*
- III. Para aquisição de bens o prazo para impugnação do edital, bem como solicitar esclarecimentos, é de até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame;*

- IV. *Condução do procedimento licitatório por Pregoeiro, assessorado por uma Equipe de Apoio, composta por empregados da CURITIBA S.A tecnicamente qualificados, designados pela autoridade competente;*
- V. *Vedação da exigência de Garantia de Proposta;*
- VI. *Prazo de divulgação mínimo de 08 (oito) ou 10 (dez) dias úteis, conforme o caso.*

Analisando-se o processo administrativo e as peças que o compõe até o presente momento, verifica-se que a solicitação para a realização do certame tem a autorização da autoridade competente, que devidamente delimitou o objeto e justificou a necessidade da aquisição do objeto, além disso, resta demonstrado a viabilidade para a realização do certame.

DA CONCLUSÃO:

Diante do exposto, resguardado o poder discricionário do gestor público quanto à oportunidade e a conveniência da prática do ato administrativo, opina-se pelo prosseguimento do feito. Segue os autos para a Supervisão Jurídica para demais procedimentos cabíveis.

É a Manifestação.

Davidson José Moulepes

Controle Interno

Curitiba, 25 de Fevereiro de 2025.